

Crise pode antecipar sucessão de Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma sombra ronda o horizonte, detectada até pelos radares do Palácio do Planalto: a de a Assembléia Nacional Constituinte, ao promulgar a nova Constituição, fixar ainda para este ano eleições presidenciais diretas. Mesmo sem ser exclusivos e defendendo plena soberania apenas para redigir a nova Carta, os constituintes poderiam incluir nas disposições transitórias que o atual governo dará lugar a outro, logo após a entrada em vigor da nova ordem constitucional.

Isso não aconteceria a frio. Poderia, no entanto, aparecer no bojo de uma crise econômica prolongada, não resolvida e porventura agravada nos próximos meses. Chegar-se-ia, assim, à irônica conclusão de que a equação saiu às avessas. Através do malogrado ou pelo menos adiado pacto social, o governo pretendia estabelecer um prazo de 90 dias entre empresários e trabalhadores, durante o qual não se aumentaria nem se reivindicaria nada. Em uma palavra, o governo pedia ou até desejava impor tempo à sociedade para poder agir e enfrentar a crise econômica.

Pois agora está mudado. Ou pode mudar. Os sinais são de que a sociedade, mesmo sem a celebração do pacto entre dois de seus principais segmentos, começa a fixar um prazo para o governo livrar-se da crise econômica. Não se fala de reações periféricas, como as verificadas esta semana na cúpula do PFL, nem, sequer, da cara feia que continuam fazendo para o Planalto certas lideranças do PMDB e de outros partidos, diante do que chamam de hesitações e indecisões oficiais.

Essas questões, quase sempre, resolvem-se com o Diário Oficial ou com refeições. Neste caso, através de convites presidenciais a grupos descontentes para que almoçem, jantem ou tomem o café da manhã no Alvorada. Naquele, pela concessão dos eternos favores de nomeações e sucedâneos a quem melhor insinua.

Imaginem até auxiliares presidenciais de primeiro nível ser outra a reação que começa a fluir da sociedade, bem mais profunda. Vem das bases. Não nasce, mas atinge os meios político-partidários. Chega a eles por sintomas incapazes de ser debelados pelo fistologismo ou a acomodação. Provém muito mais do conjunto do que de lideranças sociais específicas, obrigando estas a representá-lo ou ser superadas. Não é por iniciativa nem vontade própria que os diversos órgãos representativos do empresariado, por exemplo, têm adotado posição tão crítica diante do governo. São suas bases que os impulsionam. Vale o mesmo para as lideranças sindicais, não obstante o radicalismo e os objetivos políticos da CUT, da CGT e congêneres. Hoje, tanto uns quanto outros não poderiam agir de maneira diferente, mesmo se quisessem.

Vai ficando claro que a pressão social sai de cada família e de cada casa, todos os dias de manhã, só fazendo aumentar até de noite e multiplicando-se com o passar dos dias. Do prolongado congelamento de preços ao indescritível aumento dos juros, todo o empresariado foi atingido. Do ágio à sonogação de gêneros e produtos, não há um só assalariado que não reclame. Junta-se a isso a queda nas exportações, a dilapidação de nossas reservas cambiais no Exterior, mais o nó do galinho salarial que precisa disparar, mas, disparando, alimenta o proces-

so de inflação, para não falar no inatacado déficit público — e se terá, entre outros condimentos, a receita da reação social diante do governo, acima referida.

O prazo? O prazo não é tão curto quanto aquele que o Executivo pretendia dar a empresários e trabalhadores, de 90 dias. Ninguém o fixa, mas ele existe moldado pela natureza das coisas. Tem o tempo que terão os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Nela, menos por representar a sociedade, mais por se tratar de um organismo estruturado e único na atual conjuntura, irão desembocar os anseios, os reclamos, as pressões e os prazos.

Traduzindo: caso o governo não consiga desfazer as contradições que ele mesmo criou, sendo superando e resolvendo, ao menos enfrentando e minorando a crise econômica, não haverá força humana capaz de impedir os constituintes de fixar as eleições presidenciais diretas ainda para este ano, logo após a promulgação da nova Constituição. Até porque eles não agirão por eles, mas forçados pela sociedade.

Seria preso como louco quem, há um ano, ou mesmo há seis ou três meses, supusesse um despropósito desses. Da euforia do Plano Cruzado às eleições de 15 de novembro passado viveu-se período ímpar na história do País, onde jamais um governo dispôs de tanta popularidade. Tinha-se como certa a preservação do mandato do presidente José Sarney em seis anos, ou, em contrapartida, admitia-se quatro mais quatro, isto é, reeleição e oito anos para aquele que conseguiu reunir o mais maciço apoio nacional desde o descobrimento.

Tudo se desfez em pouco tempo. Obviamente que os determinantes desse fenômeno estavam desde o início incrustados no processo, mas não foram visualizados por seus artífices ou pela grande maioria nacional. Pouco importa. Agora, se não houver uma reviravolta, e detendo ou não a soberania absoluta do País, a Assembléia Nacional Constituinte será levada a agir.

Essa inesorabilidade talvez explique por que o Palácio do Planalto, nas últimas semanas, vem desenvolvendo a tese de que a questão dos mandatos presidenciais deve ser resolvida primeiro. Logo no início dos trabalhos, os estrategistas do governo perceberam o perigo de deixar a definição para mais tarde. Agora, ainda poderiam obter, mesmo a custo elevado, os quatro anos. Quem sabe até cinco, caso a decisão venha a ser tomada em seguida à reforma parcial do Ministério, quando as expectativas sempre se renovam por conta da troca de pessoas. Deixar a decisão para mais tarde, quem sabe para o segundo semestre, apresenta-se extremamente perigoso. Os constituintes, mesmo os mais fiéis ao Executivo, não teriam forças para evitar a antecipação das eleições. É verdade que a faca tem dois gumes. Tratar do assunto esta semana ou nas próximas também pegaria o Executivo em seu pior momento.

É esse o quadro, sem tirar nem pôr. Do jeito que as coisas vão, se não houver uma contramarcha, o governo estará acabado e a sucessão presidencial será apresentada como a panacéia universal, única forma de desatar o nó sob o qual a Nação se encontra presa. Apenas com uma ressalva: quem garante que com a sucessão presidencial antecipada não esteja sendo armada crise de proporções ainda maiores?...

C.C.